

Congelamento não é o caminho, diz Funaro

FERNANDO SCRIPILLITI
Da Sucursal

São Paulo — O congelamento de preços e salários não é o melhor caminho para derrubar a inflação. Ele é uma pequena parte de um plano nacional de estabilização, formado basicamente do combate à concentração de renda, ao déficit público, e por consequência à inflação, e a negociação da dívida externa. A afirmação é do ex-ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Para ele, "se o Brasil corre na direção de um congelamento, corre errado".

Todos esses componentes fazem parte do plano que o ex-ministro chama de Projeto Nacional, segue as mesmas linhas do Plano Cruzado e será levado a todo País através do PSDB. "Precisamos de um plano de estabilização econômica que não seja interrompido como foi o cruzado, e que coloque o País com 10 por cento de inflação ao ano e não um por cento ao dia como temos hoje", disse Funaro. Ele lembrou que Israel está no terceiro plano econômico e vive atualmente com uma inflação de 12 por cento ao ano, apesar de ser um país em guerra e endividado. A meta para o futuro brasileiro de viver com uma inflação anual de 600 por cento não é séria. Um país tem que ser sério".

Para o ex-ministro, passados dois anos do início do Plano Cruzado, o povo brasileiro pensa diferente e sabe que só tem duas opções: uma longa recessão para sair do processo inflacionário, um caminho duvidoso, e um entendimento político aliado a um "plano econômico competente para arrumar a casa. Isso só acontecerá com a mudança de governo", disse.

O congelamento da cesta básica, assunto em evidência, discutido inclusive entre o presidente Sarney e o empresário Mario Amato no último domingo, simplesmente não existe para Funaro. "Existem planos sérios e pequenos reboques. O Brasil não pode, outra vez, partir para planos pequenos". Os pequenos choques, com duração de quatro ou cinco meses penalizam muito os empresários que têm um grande endividamento, numa queda abrupta da inflação seguida de uma alta, corrige os ativos e os passivos de forma diferente, explicou.

O ex-ministro concordou

que, se houvesse um congelamento de preços hoje, o trabalhador seria muito prejudicado por causa da defasagem entre o patamar da inflação e o nível salarial, mas rebateu as críticas feitas ao abono salarial, utilizado no Plano Cruzado, e acusado de alimentar a inflação. "O abono foi utilizado no cruzado para distribuir renda. Nós fizemos uma grande transferência das empresas, dos encargos financeiros, para o abono salarial. Ele foi absolutamente necessário", afirmou.

20 JUL 1988
SAUDADES

O ex-ministro da Fazenda tem levado o Projeto Nacional pelo interior de alguns Estados do Brasil, e garante que, na maioria dos lugares, todos se lembram do cruzado com muita saudade. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup, publicada no último dia 3, mostra que os brasileiros depositam mais confiança no ex-ministro da Fazenda do que no ex-governador Leonel Brizola e o governador de Alagoas, Fernando Collor. "Todos viveram aqueles dez meses de uma forma diferente. Não tenho dúvidas de que o plano fez bem para o Brasil, disse Funaro. Apesar das críticas, o ex-ministro alega que o cruzado salvou milhares de empresas. "Nós fizemos uma transferência de mais de dois bilhões de dólares do setor financeiro para o produtivo". Muitas empresas tiveram dificuldades após o plano, mas para ele, numa proporção muito menor as que foram salvas. O ex-ministro faz questão de ressaltar que o brasileiro se alimentou oito por cento a mais na época do cruzado. Essas lembranças, certamente serão levadas aos palanques do PSDB.

O ex-ministro se absteve de criticar a atual política sobre a dívida externa do ministro Máilson da Nóbrega, mas rebateu as críticas feitas à moratória: "Eu levei o Brasil à moratória para ter uma posição de negociação fortalecida e não enfraquecida. Quando deixei o governo a moratória ficou como um ato de desculpa a um sistema que não refinanciou o Brasil". Funaro disse que ao invés de o Brasil ficar na liderança desse processo para conseguir um bom acordo que permitisse a volta do crescimento, o País voltou às bases de 82 e 83.